



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Com o rápido desenvolvimento da sociedade e da economia, aumentaram as construções de grande dimensão e as obras privadas, bem como os problemas ambientais. O Governo tem dado especial atenção a esta situação, e entre 2009 e 2013, implementou, sucessivamente, as “Instruções para elaboração do relatório de avaliação do impacto ambiental”, o “Texto exploratório para a criação de um regime de avaliação do impacto ambiental” e a “Lista de tipos de projectos sujeitos a avaliação do impacto ambiental (em fase experimental)”, e também recebeu já 50 relatórios de avaliação do impacto ambiental. E tudo isto tem contribuído para elevar a qualidade da gestão e protecção ambientais.

Recentemente, surgiram vários conflitos com a avaliação do impacto ambiental de várias obras, o que demonstra que em Macau há margem para melhorias no que respeita aos trabalhos de avaliação do impacto ambiental. Falta um regime de avaliação do impacto ambiental, pois no Relatório das Linhas de Acção Governativa para 2015 refere-se que, nesse mesmo ano, o Governo ia lançar e concluir a consulta pública sobre o “Regime de avaliação do impacto ambiental”, mas até agora, essa consulta ainda se encontra em fase de preparação, e falta também transparência e participação pública nos trabalhos de avaliação do impacto ambiental. Os recentes projectos do Alto do Coloane e do Edifício de Doenças Infecto-contagiosas, por exemplo,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

demonstram bem estes problemas, bem como a baixa confiança da sociedade no Governo.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto aos trabalhos preparatórios da consulta pública sobre o Regime de avaliação do impacto ambiental, quais foram as dificuldades encontradas? Estes trabalhos já se arrastam há um ano, por que é que o Governo ainda não avançou? Quando é que vai avançar com a consulta pública? Existe alguma calendarização?
2. Há dias, um governante afirmou, convictamente, o seguinte: “Não há solução alternativa para a localização escolhida para a construção do Edifício de Doenças Infecto-contagiosas. Esta decisão foi tomada com base em fundamentos técnicos!”. Será que isto significa que as opiniões do público não prestam? Quanto aos processos de avaliação do impacto ambiental, o Governo deve aumentar a participação pública e a transparência das informações, para que a população possa avaliar a cientificidade e a racionalidade das decisões. Como é que o vai fazer?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Si Ka Lon

24 de Março de 2016